



**Governo do Estado de São Paulo**  
Controladoria Geral do Estado  
Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário Público

**Despacho**

**Assunto:** DECISÃO - CGE-CODUSP/LAI 022/2023

**Número de referência:** CGE-PRC-2023/00015 - PROTOCOLO SIC Nº [REDACTED]

**SECRETARIA:** Secretaria da Educação

**ASSUNTO:** Pedido de informação formulado por [REDACTED]

**EMENTA:** Pedido dos seguintes dados para fins acadêmicos: registros de matrícula escolar do Ensino Fundamental até o Ensino Médio no período de 2001 até 2020, dos adolescentes vítimas de homicídios. Razões da recusa indicadas. Provimento negado.

**DECISÃO - CGE-CODUSP/LAI Nº 022/2023**

1. Trata o presente expediente de pedido formulado à Secretaria Estadual da Educação, conforme consta do Protocolo SIC e ementa em epígrafe.
2. Em resposta e em recurso o ente esclareceu que: *"Em atendimento ao protocolo SIC-SP nº [REDACTED] de acordo a petição / requerimento apresentado pelo pesquisador, no qual solicita os registros de matrícula escolar do Ensino Fundamental até o Ensino Médio para os anos de 2001 até 2020 dos adolescentes vítimas de homicídios e seus pares (até 5) na 1ª matrícula do Fundamental I ano a ano, aos moldes dos dados de matrícula disponibilizados nos Dados Abertos da SEDUC, aponta-se a impossibilidade de atendimento, nos moldes solicitados, visto que não temos no banco de dados desta Secretaria da Educação do Estado de São Paulo - SEDUC a causa do falecimento de alunos como o demandante solicita".* Inconformado o solicitante apresentou apelo revisional cabível à Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário do Serviço Público da Controladoria Geral do Estado, nos termos dos incisos II e VII, do artigo 27, do Decreto nº 66.850, de 15 de junho de 2022.
3. No caso concreto em análise, verifica-se que o órgão apresentou as razões para a negativa do atendimento da demanda, oportunidade em que informou para o solicitante como formalizar um pedido ao órgão competente e indicou o procedimento necessário para o interessado: *"para que o pedido possa prosperar é necessário o pedido formal por parte do pesquisador, dirigido à autoridade competente da Pasta, devidamente assinado pela responsável da pesquisa da FMUSP, no qual aponte quais os dados dos alunos a serem cedidos, de quais redes de ensino (estadual, municipal e / ou particular) e de quais municípios do Estado de São Paulo."*
4. Considerando que o ente justificou adequadamente a negativa do acesso pretendido e indicou os procedimentos necessários para a obtenção de dados para pesquisa científica, **conheço do recurso** e, no mérito, **nego provimento**, com fundamento no artigo 11, § 1º, II e III, da Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação - LAI), ausentes quaisquer das hipóteses recursais previstas no artigo 20 do Decreto nº 58.052, de 16 de maio de 2012, com redação dada pelo Decreto nº 61.175, de 18 de março de 2015, alterado pelo aludido Decreto 66.850 de 15 de junho de 2022.

Classif. documental

006.03.02.001

**Governo do Estado de São Paulo**  
Controladoria Geral do Estado  
Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário Público

5. Publique-se no sistema eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão – SIC, para ciência aos interessados. Na ausência de nova manifestação no prazo de 10 (dez) dias, arquivem-se os autos.

São Paulo, 10 de janeiro de 2023.

Antonio Carlos Santa Izabel  
Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário Público - Corregedor  
Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário Público